



**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EM AINDA ESTOU AQUI, DE MARCELO  
RUBENS PAIVA**

Caroline Peres Martins<sup>1</sup>

Orientador: Weslei Roberto Candido<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente comunicação visa discutir o modo como é construída a memória familiar no livro *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva. A narrativa, em questão, procura desfazer a versão da história oficial, registrada nos livros escolares, que desde a publicação da Lei de Anistia em 1979, procurou meios de esconder os horrores da ditadura militar no Brasil, por meio de inúmeras tentativas de apagamentos dessas memórias particulares, que possibilitariam revisar os anos de repressão no país. A pesquisa se pauta em autores como Aleida Assmann, Henri Bergson, Michel Pollak e, especialmente, em Maurice Halbwachs, que afirma não haver memória totalmente individual, pois todas as memórias são, em certa medida, coletivas. Esta comunicação tem por objetivo ainda discutir o Alzheimer como metáfora do grande esquecimento coletivo no Brasil.

**Palavras-chave:** Memória; Coletividade; Ditadura;

## **1. Introdução**

Com o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade e a abertura dos arquivos do DOPS, que embora não possuíssem a função de punir ou apontar qualquer violador de direitos humanos, fez com que o Estado assumisse oficialmente, pela primeira vez, os crimes praticados durante o regime militar brasileiro. O relatório final dessa comissão despertou o interesse por inúmeras publicações que tratam dessa questão, propiciando que tais textos voltassem ao centro de interesse, como é o caso de *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva.

O olhar retrospectivo do narrador, por meio de memórias familiares, almeja preservar a figura de seu pai e desfazer a versão da história oficial, contida nos materiais didáticos, acerca de um momento representativo da Ditadura Militar no Brasil: o desaparecimento do deputado cassado Rubens Paiva. Desde a promulgação da Lei da Anistia em 1979 impôs-se no país um pacto pelo esquecimento, bem como pelo silêncio, institucionalizando, à

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: carolperes16@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: weslei79@gmail.com



# ANAIS ELETRÔNICOS DO X COLÓQUIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

SILVA, JACICARLA S.; BRANDINI, LAURA T. (ORGS.)

LONDRINA, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017.

ISSN: 2446-5488

p.78-85

sociedade, esse silêncio em nome de uma reconciliação nacional, ao arquitetar meios para encobrir as truculências ocorridas no decorrer dos anos de opressão, por meio de inúmeras tentativas de apagamento das memórias individuais e coletivas. Essa narrativa memorialista também visa discorrer de que forma a doença de Mal de Alzheimer, que sofre Eunice Paiva, mãe do narrador e autor do livro, pode ser vista como a metáfora do grande esquecimento coletivo que há no Brasil ao abordarmos a ditadura.

A fim de interpretar o material literário de *Ainda estou aqui* (2015), esta pesquisa propõe uma revisão bibliográfica a partir dos estudos sobre memória, especialmente, aqueles tratados que discutem o lado coletivo dos atos “mnemônicos. Eles auxiliarão a percorrer as estratégias da narrativa de preservação do passado por meio do discurso literário de cunho biográfico, que é o texto de Marcelo Rubens Paiva.

## 2. Revisão bibliográfica

Optamos, no presente estudo, pelos textos de memória que direcionam suas preocupações para a memória coletiva e como ela se constrói no âmbito privado dos cidadãos comuns, que são afetados por eventos políticos traumáticos. Portanto, o percurso que se propõe é o da construção das memórias coletivas e da humanização das pessoas por meio do discurso memorialístico, no qual encontram espaço para expor suas vozes por tanto tempo silenciadas.

Em *Matéria e Memória* (1999), Bergson demonstra sua inquietude ao pretender estabelecer uma distinção entre a percepção e a lembrança. Para ele, o passado é conservado por completo, de modo a subsistir na inconsciência do indivíduo. Enquanto a consciência possuiria a responsabilidade de resgatar a lembrança, ou seja, a memória presente no inconsciente. Bergson (1999) percebe aquilo que chamamos de “memória”, como resultado de um processo de relações entre a lembrança pura, a lembrança imagem e a percepção:

Distinguimos três termos, a lembrança pura, a lembrança – imagem e a percepção, dos quais nenhum se produz, na realidade, isoladamente. A percepção não é jamais um simples contato do espírito com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a. A lembrança- imagem, por sua vez, participa da “lembrança pura” que ela começa a materializar e da



# ANAIS ELETRÔNICOS DO X COLÓQUIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

SILVA, JACIGARLA S.; BRANDINI, LAURA T. (ORGS.)

LONDRINA, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017.

ISSN: 2446-5488

p.78-85

percepção na qual tende a se encarnar: considerada desse último ponto de vista, ela poderia ser definida como uma percepção nascente. Enfim, a lembrança pura, certamente independente de direito, não se manifesta normalmente a não ser na imagem colorida e viva que a revela (BERGSON, 1999, p.155-156).

Dessa forma, não seria possível determinar a origem e o término de tais processos. Por isso, o autor desfaz a percepção da memória como apenas uma categoria de armazenamento. Ademais, a ideia bergsoniana de imagem é essencial para entender o entrelace de memória e percepção, reforçando, dessa forma, a associação entre memória e espírito. Tal noção influenciou bastante o discurso literário.

Nesse panorama, Halbwachs (1990) afirma que há uma profunda relação entre a memória coletiva e a memória individual, uma vez que a memória individual é uma perspectiva sobre a memória coletiva, uma lembrança mesmo que individual pode ser explicada pelas alterações que produz nas relações com diferentes meios coletivos, assim como as alterações desses meios. Isto é, não existe memória coletiva que não se desenvolva em um quadro social.

Ainda segundo o autor, a memória coletiva é essencial para a coesão social. Não sendo imposta, a memória possui uma adesão afetiva, em que membros do grupo compõem sua narrativa sobre o passado que lhes é compartilhado, ou seja, a memória atua como um processo social de reformulação do passado, experimentado por determinado núcleo ou sociedade.

Tal passado se distingue da história, visto que ela se refere somente aos fatos, sem levar em conta os sentimentos experimentados pelos sujeitos. Isso pode ser verificado em *Ainda Estou aqui* (2015), no momento em que o narrador faz considerações acerca de tal livro memorialístico, a fim de preservar a figura de seu pai e ressignificar a história oficial a partir de um dado presente, por meio de suas memórias familiares:

[...] este livro sobre memória nasce assim. Histórias são recuperadas. Umam puxam outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi (PAIVA, 2015, p.35).

Especialmente no contexto das ditaduras da América Latina, Seligmann-Silva (2003) aponta para um dado ainda mais agravante, a figura do desaparecido, já que torna ainda mais



# ANAIS ELETRÔNICOS DO X COLÓQUIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

SILVA, JACICARLA S.; BRANDINI, LAURA T. (ORGS.)

LONDRINA, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017.

ISSN: 2446-5488

p.78-85

complexa as manifestações políticas de e da memória, pois essas ações desmantelam as possibilidades de luto associadas a certo espaço. Além disso, segundo ele “em vez de uma herança viva, os traumas do passado são considerados ‘superados’, uma vez que tendo sido devidamente expostos/cultuados pela mídia. Todavia, conforme afirma Paiva (2015):

Os familiares dos desaparecidos viviam num limbo civil, além de emocional (temos ou não um pai, uma mãe, um filho, uma filha ou netos vivos?). A burocracia engessava atividades corriqueiras. Não sabíamos nem a data em que deveríamos decretar como o dia da morte. Repare que usei a expressão “desaparecido a partir de”, e não “morto em”. Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro. Estava morto na noite do 21 para o 22 de janeiro. Para nós, da família, a data da sua morte é 20 de janeiro. Só recentemente soubemos que ele morreu entre 21 e 22. Não mudaremos o dia em que sua morte faz aniversário (PAIVA, 2015, p.194).

O autor ainda afirma que, por essa razão, são varridos o passado, a culpa e a responsabilidade, anulando as possibilidades que poderiam eclodir em um movimento disposto a lutar pela elucidação do paradeiro de inúmeras vítimas. O autor enfatiza que a relação, no Brasil, entre apagamento, esquecimento e impunidade dos horrores cometidos nos anos ditatoriais, são disparates.

Nesse panorama, os apontamentos propostos por Pollak (1989) também são pertinentes para o contexto brasileiro, bem como para outros países da América Latina que experienciaram contextos ditatoriais. O autor propõe uma discussão acerca do “acanhamento” das lembranças de eventos e experiências traumáticas elencando dois exemplos, a denúncia dos crimes estalinistas e o fim da Segunda Grande Guerra, que esbarram com a questão ditatorial brasileira, visto que também são acontecimentos marcados pela repressão contra grupos que se opunham ao regime de governo vigente.

Conforme Pollak (1989), o período estalinista abafou narrativas sobre as vítimas de opressão. Assim, as memórias dos fatos ficavam retidas, uma vez que o silêncio era imposto. Com a mudança dos atores sociais no poder tais memórias puderam vir à tona. O término da Segunda Guerra também trouxe a voz aos testemunhos daqueles que sobreviveram aos campos de concentração e que retornaram à Alemanha: “seu silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram à sua



# ANAIS ELETRÔNICOS DO X COLÓQUIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

SILVA, JACICARLA S.; BRANDINI, LAURA T. (ORGS.)

LONDINA, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017.

ISSN: 2446-5488

p.78-85

deportação” (Pollak, 1989, p. 3). Além disso, a lembrança traumatizante também forçou o silêncio.

Enquanto no Brasil, as condições em que se procedeu a passagem da ditadura – lenta e de modo gradual, sem julgar os agentes de Estado que comandaram a repressão e sem a abertura dos arquivos – reforçados pela promulgação da Lei da Anistia, em 1979, traçou-se meio de se impor o silêncio institucionalizado e esquecimento, a fim de harmonizar os truculentos anos de repressão. *Em Ainda estou aqui* (2015) isso pode ser verificado no momento em que o narrador discorre sobre um pequeno relato da mãe, Eunice Paiva, sobre um episódio ocorrido enquanto ela encontrava-se presa nas dependências do DOI-Codi do Rio de Janeiro, um soldado lhe diz que não concordava com o horror: “foi das poucas coisas que fez questão que sua memória registrasse naquele fim de janeiro de 1971. Do resto, se esqueceu de muito, ou não quis falar, ou não quis lembrar”. Isto é, a lembrança traumatizante de 1971, ano em que o marido foi levado para depor e não retornou mais, impôs-lhe o silêncio.

Nesse sentido, Assmann (2011) afirma que o trauma é a impossibilidade de narração. Em geral, quem vivenciou o evento traumático não é capaz de falar, uma vez que o trauma acarreta a privação da experiência do processamento linguístico, assim como o interpretativo, isto é, o trauma é a impossibilidade da narração. Ainda segunda a autora, “as palavras incorporam o trauma nelas. Por pertencer a todos, elas não escolhem nada de incomparável, específico ou único, muito menos a singularidade de um terror persistente”. (ASSMANN, 2011, p.277). Para a autora, a narrativa funciona como um dos estabilizadores da memória.

Corroborando com essa tese, Seligmann-Silva (2008) afirma que a interdição discursiva devido ao trauma acontece porque a linguagem “é um constructo de generalidades, ela é feita de universais”, à medida que a experiência traumática é “única e insubstituível”. Posto isso, por outro lado, a autora ainda afirma que “quando ocorre a verbalização, não nos lembramos mais dos acontecimentos em si, mas da nossa verbalização deles. Os signos linguísticos desempenham a mesma função dos nomes, com os quais objetos e situações podem ser evocados novamente” (ASSMANN, 2011, p. 286).



### 3. Análise da obra

A partir da revisão bibliográfica feita acima, visa-se discutir como o narrador Marcelo Rubens Paiva em *Ainda estou aqui* (2015) procura conservar sua memória familiar. O percurso da escrita se torna ele mesmo uma forma de buscar respostas no passado e, ao mesmo tempo, preservar contra a morte, no caso do pai, ou contra o esquecimento promovido pelo Mal de Alzheimer, no caso da mãe, a sua genealogia.

Nesse sentido, a memória também diz respeito à preservação do passado a partir de um dado presente. Dessa forma, o texto transforma-se em uma espécie de material que pode ser revisitado, constantemente, a fim de buscar respostas aos questionamentos em que o texto historiográfico, que estava a serviço do Estado, suprimiu. A memória, portanto, apresenta outra versão de uma história já estabelecida. No caso do livro, aqui analisado, a do período ditatorial, especialmente no que diz respeito ao desaparecimento do deputado cassado Rubens Paiva.

A memória se aproxima da ficção e do testemunho pessoal. O fato de o memorando se envolver afetivamente nos eventos, conforme afirma Halbwachs (1990), faz com que a memória não seja totalmente confiável e acarreta certa ficcionalização dos fatos, visto que ela não se liga, propriamente à verdade nos mesmo termos em que o discurso da História se propõe a fazer.

O narrador, ao lançar seu olhar retrospectivo sobre o desaparecimento de Rubens Paiva, almeja reavaliar esse acontecimento, partindo de memórias familiares. Para tanto é preciso preservar o pouco que resta da memória Eunice Paiva, que sofre do mal de Alzheimer e, no livro, converte-se em uma enorme metáfora: a da grande amnésia coletiva presente no país, quando se trata de ditadura.

O percurso do narrador autodiegético leva o leitor a questionar algumas das verdades publicadas pelo exército brasileiro, que sempre negou ter prendido, torturado e morto o pai de Marcelo Rubens Paiva. Uma das estratégias desse memorialista é publicar ao final a peça jurídica, pedindo a reabertura do processo sobre Ruben Paiva. Portanto, a memória se faz viva e requer para si a justiça sempre negada à sua família.

A memória *Em ainda estou aqui* é afetiva, é traumática, exige do memorialista um trabalho de remexer o passado, viver as dores causadas pelo desmantelamento da família. Por



# ANAIS ELETRÔNICOS DO X COLÓQUIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

SILVA, JACICARLA S.; BRANDINI, LAURA T. (ORGS.)

LONDINA, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017.

ISSN: 2446-5488

p.78-85

isso, Marcelo toma a figura da mãe como o exemplo máximo de alguém que lutou contra a ditadura e agora que essa se encerrou, Eunice não pode mais falar porque está desaparecendo em vida devido à doença. Marcelo toma seu papel de pai de sua mãe, de tutor, e começa pelo texto a luta que a mãe teve de abandonar. Assim, a narrativa se torna um espaço de reivindicação de direitos, sendo o principal deles: a memória.

#### 4. Considerações finais

Por meio da análise da obra *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, a partir de uma revisão bibliográfica, pautada em autores como Aleida Assmann, Henri Bergson, Márcio Seligmann-Silva, Michel Pollak, bem como Maurice Halbwachs, foi possível verificar que a memória auxilia a rever o passado a partir de uma preocupação presente, que ocorre no bojo de uma modificação dos atores sociais.

Desses autores, é preciso ressaltar que Aleida Assmann não compactua com a tese de que a memória é sempre ativada por uma necessidade presente. Para pesquisadora, a memória tem seu valor pelo que aconteceu no passado, pois acredita que essa supervalorização do presente sobre os atos da recordação, tende a banalizar a memória ou fazer com que ela viva apenas em função de um tempo onde não está instalada.

A partir da publicação do relatório final da Comissão da Verdade em 2014, a desobstrução dos arquivos do DOPS e a admissão oficial dos crimes cometidos durante o regime ditatorial, por parte do Estado, o narrador Marcelo Rubens Paiva, não conformado com o andamento que o governo deu ao processo sobre a morte de seu pai, escreve sua obra memorialística, a fim de preservar e reivindicar justiça por um assassinato que nunca foi realmente julgado. Por essa razão, reavalia os episódios ocorridos em janeiro de 1971, no que diz respeito à prisão e ao desaparecimento do pai, de modo a se opor à versão oficial da história, desmistificando-a, uma vez que não podemos excluir nossas lembranças familiares conforme aponta Halbwachs (2004, p.43), “pois [...] é no quadro da família que a imagem se situa”, mesmo que suas memórias familiares possam ser questionadas devido à proximidade existente entre memória e ficção, conforme já foi discutido.

Ademais, é possível verificar que o Mal de Alzheimer de Eunice Paiva, sua mãe, pode ser interpretado, de fato, como uma metáfora do grande esquecimento coletivo que



# ANAIS ELETRÔNICOS DO X COLÓQUIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

SILVA, JACICARLA S.; BRANDINI, LAURA T. (ORGS.)

LONDRINA, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017.

ISSN: 2446-5488

p.78-85

abarca a sociedade brasileira no que se refere à Ditadura Militar no Brasil. Durante décadas o regime militar praticou a tortura como política de Estado e foi beneficiado pelo silêncio institucionalizado imposto pelo Estado brasileiro a partir da Lei da Anistia, do mesmo modo que se impôs o esquecimento e apagamento das memórias individuais.

Assim, é possível afirmar que a obra memorialística em questão é um material profícuo para consulta recorrente, uma vez que apresenta uma versão que contrária a da história oficial, disposta em diferentes meios, em virtude da atuação da memória como um processo social de reformulação do passado, experimentado por determinado núcleo ou sociedade, visto que não existe memória totalmente individual, pois toda memória é, em certa medida, coletiva.

## Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural**. Tradução: Paul Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SILVA, Márcio Seligmann (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82.